

Infraestrutura

Brasil Holding IX S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.925	463	423.940	562.679	Fornecedores	13	-	-	89.292	87.713
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	20.210	18.534	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	33.705	2.158
Contas a receber	5	-	-	64.186	61.983	Debêntures	15	-	550.197	12.372	550.919
Estoques	6	-	-	5.261	5.735	Credor pela concessão	16	-	-	248.479	190.803
Adiantamento a fornecedores		20	18	2.981	2.247	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17	-	-	21.297	22.293
Despesas antecipadas		-	-	4.347	4.057	Impostos, taxas e contribuições	18	5	-	13.598	27.862
Impostos a recuperar		269	132	5.266	6.493	Adiantamento de clientes		-	-	2.418	2.312
Outros ativos		-	-	226	273	Seguros e garantias		-	-	603	225
Partes relacionadas	19	-	-	1.006	541	Passivo de arrendamento	20	-	-	5.856	5.436
Total do ativo circulante		<u>11.214</u>	<u>613</u>	<u>527.423</u>	<u>662.542</u>	Partes relacionadas	19	-	-	1.037	2.154
						Provisão para manutenção	21	-	-	117.766	139.515
NÃO CIRCULANTE						Outras contas a pagar		-	-	365	368
Dividendo a receber	9	1.994	1.600	-	-			5	550.197	546.788	1.031.758
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	25.922	24.809	NÃO CIRCULANTE					
Impostos diferidos	7	-	-	62.014	65.363	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.060.134	1.039.936
Depósitos judiciais	8	-	-	24.706	19.106	Debêntures	15	642.823	-	1.056.686	405.075
Investimento	9	1.177.794	1.136.728	-	-	Debêntures - partes relacionadas	15	-	-	700.408	637.825
Outras contas a receber		-	-	-	2.504	Passivo de arrendamento	20	-	-	9.366	4.189
Imobilizado	10	-	-	79.145	77.195	Provisão para riscos	22	-	-	30.462	14.882
Intangível	11	-	-	3.301.926	2.948.158	Provisão para manutenção	21	-	-	83.706	87.482
Direito de uso	12	-	-	14.588	10.214	Dividendos	23.b	282	282	282	282
Total do ativo não circulante		<u>1.179.788</u>	<u>1.138.328</u>	<u>3.508.301</u>	<u>3.147.349</u>	Total do passivo não circulante		<u>643.105</u>	<u>282</u>	<u>2.941.044</u>	<u>2.189.671</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	23.a	618.321	618.321	618.321	618.321
						Prejuízo acumulado	23	(70.429)	(29.859)	(70.429)	(29.859)
						Total do patrimônio líquido		<u>547.892</u>	<u>588.462</u>	<u>547.892</u>	<u>588.462</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.191.002</u>	<u>1.138.941</u>	<u>4.035.724</u>	<u>3.809.891</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.191.002</u>	<u>1.138.941</u>	<u>4.035.724</u>	<u>3.809.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	1.379.644	1.382.099
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	-	-	(1.045.877)	(1.024.965)
LUCRO BRUTO		-	-	333.767	357.134
DESPESAS ADMINISTRATIVAS					
Despesas administrativas	25	(785)	(1.128)	(63.158)	(54.065)
Resultado de equivalência patrimonial		41.460	83.041	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	4.680	378
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		40.675	81.913	275.289	303.447
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	671	1.033	57.952	76.461
Despesas financeiras	26	(81.916)	(82.920)	(353.524)	(336.071)
		(81.245)	(81.887)	(295.572)	(259.610)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(40.570)	26	(20.283)	43.837
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	-	-	(16.938)	(71.101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	(3.349)	27.290
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(40.570)	26	(40.570)	26
Lucro (prejuízo) por ação - básico	27	(0,06561)	0,00004		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(40.570)	26	(40.570)	26
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(40.570)</u>	<u>26</u>	<u>(40.570)</u>	<u>26</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social		Resultado do exercício	Prejuízo acumulado	Total
		Subscrito	A integralizar			
SALDO EM 31/12/2022		1.400.000	(921.343)	-	(29.885)	448.772
Aumento capital social em 26/07/2023	23.a	341.502	173.498	-	-	515.000
Redução capital social em 31/07/2023		(515.000)	139.664	-	-	(375.336)
Lucro do exercício		-	-	26	-	26
Prejuízo acumulado		-	-	(26)	26	-
SALDO EM 31/12/2023		1.226.502	(608.181)	-	(29.859)	588.462
Redução capital social em 15/07/2024	23.a	(608.181)	608.181	-	-	-
Aumento capital social em 15/07/2024	23.a	767.292	(767.292)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(40.570)	-	(40.570)
Prejuízo acumulado		-	-	40.570	(40.570)	-
SALDO EM 31/12/2024		<u>1.385.613</u>	<u>(767.292)</u>	<u>-</u>	<u>(70.429)</u>	<u>547.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(40.570)	26	(40.570)	26
Ajustes:					
Depreciações e amortizações	25	-	-	183.553	171.560
Baixa do imobilizado e intangível		-	-	(3.380)	-
Juros incorridos sobre arrendamento	26	-	-	1.577	464
Impostos diferidos	7	-	-	3.349	(27.290)
Provisão para riscos	22	-	-	15.580	5.824
Provisão para manutenção	21	-	-	136.138	49.912
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	26	-	-	108.040	101.338
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	26	81.884	81.438	186.083	179.511
Resultado equivalência patrimonial	9	(41.460)	(83.041)	-	-
		(146)	(1.577)	590.370	481.345
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(2.203)	(3.942)
Estoques		-	-	474	(1.288)
Impostos a recuperar		(137)	(130)	1.226	(4.025)
Adiantamento a fornecedores		-	2	(732)	253
Despesas antecipadas		-	-	(290)	(974)
Outros ativos		-	-	(3.049)	(20.682)
Fornecedores		-	-	3.900	10.275
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	(996)	8.811
Credor pela concessão		-	-	57.676	157.801
Impostos, taxas e contribuições	5	-	-	1.115	63.578
Contas a pagar com partes relacionadas		-	-	(1.582)	514
Outras contas a pagar		-	-	482	(94)
Consumo de provisão para manutenção		-	-	(161.663)	-
IRPJ e CSLL pagos no período		-	-	(15.379)	(48.240)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	14	-	-	(56.294)	(46.819)
Amortização de juros debêntures	15	(73.480)	(153.747)	(94.658)	(173.950)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	26	-	-	(1.577)	(464)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(73.612)	(153.875)	(273.550)	(59.246)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisições de imobilizado	10	-	-	(13.724)	(26.882)
Aquisições de intangível	11	-	-	(519.603)	(483.013)
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(2.789)	(10.794)
Recursos provenientes de alienação de intangível	19	-	-	4.033	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(532.083)	(520.689)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	300.000
Captação de debêntures	15	603.230	516.243	603.230	516.243
Amortização de debêntures	15	(519.010)	(500.000)	(519.010)	(500.000)
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	20	-	-	(7.696)	(7.198)
Integralização de Capital	23.a	-	139.664	-	139.664
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		84.220	155.907	76.524	448.709
AUMENTO/REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.462	455	(138.739)	350.119
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		463	8	562.679	212.560
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	10.925	463	423.940	562.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. (“Companhia”), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 - Pista Sul - Itirapina - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“GIC Group”).

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente registradas a valor justo, e posteriormente ao custo amortizado, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.6. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável.

2.7.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período do relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.7.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício.

2.8. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.9. Investimentos

O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada de perda por valor recuperável "impairment", se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.11. "Impairment" (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, “o valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada” e ainda “o método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros”.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.16. Credor pela concessão

Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%) - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória - a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.18. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente.

2.19. Passivos financeiros e patrimônio líquido

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros híbridos

O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo.

2.20. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

2.21. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.22. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.23. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas internacionais "IFRS Accounting Standards".

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.24. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

2.25. Normas contábeis novas e alteradas.

2.25.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais “IFRS Accounting Standards” emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma alterada ou nova norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
CPC 26 (IAS 1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/2024
CPC 6 (R2)/IFRS 16	Arrendamentos	01/01/2024
CPC 3 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024

2.25.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
<p>Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)</p>	<p>A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras.</p> <p>O OCPC 10 abrange tanto a origem e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	01/01/2025
<p>IFRS 18/CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras</p>	<p>As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas.</p> <p>Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.</p>	01/01/2027
<p>IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros</p>	<p>Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPP). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança).</p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.</p>	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, principalmente no que se refere ao OCPC 10 - crédito de carbono, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	-	-	4.721	5.722
Bancos	2	-	2.030	7.488
Aplicações financeiras (i)	<u>10.923</u>	<u>463</u>	<u>417.189</u>	<u>549.469</u>
Total (ii)	<u>10.925</u>	<u>463</u>	<u>423.940</u>	<u>562.679</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média 100,5% em 31 de dezembro de 2024.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	31.877	30.217
Aplicações vinculadas - Debêntures	<u>14.255</u>	<u>13.126</u>
Total	<u>46.132</u>	<u>43.343</u>
Circulante	20.210	18.534
Não circulante	<u>25.922</u>	<u>24.809</u>
	<u>46.132</u>	<u>43.343</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025.
- b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 95% em 31 de dezembro de 2024 e 100,5% em 31 de dezembro de 2023.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	63.783	61.905
Receitas acessórias a receber	403	78
Total	<u>64.186</u>	<u>61.983</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Uniformes e EPIs	2.107	2.490
Manutenção civil e hidráulica	1.668	1.232
Outros	1.486	2.013
Total	5.261	5.735

Em 31 de dezembro de 2024 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	45.599	48.060
Contribuição social diferida	16.415	17.303
Total	62.014	65.363
2024	-	9.758
2025	62.014	55.605
Total	62.014	65.363

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	34.535	13.404
Provisão de fornecedores	17.318	23.931
Provisão para manutenção	201.472	226.997
Capitalização de juros	(73.483)	(76.566)
Provisão PLR	(3.212)	(292)
Base negativa	(644)	-
Outras	6.408	4.769
Base de cálculo total	182.394	192.243
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	62.014	65.363

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.747	129.086
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(20.994)	(43.889)
<u>Ajuste para alíquota efetiva</u>		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(1.048)	(644)
Outras diferenças permanentes	1.755	722
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.287)	(43.811)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(16.938)	(71.101)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(3.349)	27.290
	(20.287)	(43.811)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	32,86%	33,93%

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora apresentou prejuízo fiscal de R\$82.030 e o prejuízo fiscal acumulado é de R\$280.078, e pelo fato de não ter expectativa de geração de resultados futuros, o diferido não está sendo reconhecido.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ações cíveis	74	51
Ações Trabalhistas	363	1.422
Ações de desapropriação (a)	24.269	17.633
Total	24.706	19.106

- (a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários - "SAUs", área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização - "PGFs", onde após a decisão das ações judiciais será reconhecido como ativo intangível.

9. INVESTIMENTOS

A Companhia, aberta no dia 20 de janeiro de 2020, tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 31 de dezembro de 2024 tinha como subsidiária integral a empresa EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. mediante um capital social de R\$969.857.

a) Composição

<u>Investimentos em controlada direta - EIXO SP</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Capital social	969.857	969.857
Participação societária	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	1.177.794	1.136.728

b) Movimentação do investimento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	1.136.728	1.054.476
Integralização capital social	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	41.460	83.041
Dividendos mínimo obrigatório	(394)	(789)
Saldo final	<u>1.177.794</u>	<u>1.136.728</u>

c) Informações sobre investimentos em controlada direta em 31 de dezembro de 2024

	<u>31/12/2024</u>						
	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Investimento</u>
EIXO SP	969.857	1.177.794	4.024.510	2.846.716	1.379.644	41.460	1.177.794
	<u>31/12/2023</u>						
	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Investimento</u>
EIXO SP	969.857	1.136.728	3.809.278	2.672.550	1.382.099	83.041	1.136.728

10. IMOBILIZADO

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões (a)	Edifícios	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.386</u>	<u>41.044</u>	<u>6.463</u>	<u>100</u>	<u>631</u>	<u>63.590</u>	<u>7.952</u>	<u>1.732</u>	<u>123.898</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(524)</u>	<u>(8.009)</u>	<u>(4.052)</u>	<u>(6)</u>	<u>(142)</u>	<u>(30.835)</u>	<u>(216)</u>	<u>(969)</u>	<u>(44.753)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.907</u>	<u>35.985</u>	<u>5.345</u>	<u>336</u>	<u>468</u>	<u>65.168</u>	<u>2.669</u>	<u>1.113</u>	<u>112.991</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(264)</u>	<u>(4.753)</u>	<u>(3.121)</u>	<u>(229)</u>	<u>(88)</u>	<u>(27.036)</u>	<u>(15)</u>	<u>(290)</u>	<u>(35.796)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	

(a) Baixas realizadas em função da venda de caminhões (R\$2.515) vide nota explicativa nº 19.

Em 31 de dezembro de 2024, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de “impairment” realizada em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contratos de Concessão - Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>424.409</u>	<u>2.281.677</u>	<u>1.136.335</u>	<u>7.343</u>	<u>3.849.764</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>(373.623)</u>	<u>(173.604)</u>	<u>(611)</u>	<u>(547.838)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Consolidado				
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contratos de Concessão - Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições (b)	287.455	224.346	-	2.208	514.009
Transferências	(43.656)	43.634	-	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>402.103</u>	<u>1.787.075</u>	<u>1.136.335</u>	<u>5.334</u>	<u>3.330.847</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições (b)	-	(107.686)	(37.878)	(129)	(145.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(246.587)</u>	<u>(135.727)</u>	<u>(375)</u>	<u>(382.689)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.540.488	1.000.608	4.959	2.948.158
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,69	3,33	6,72	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, terceiras faixas, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros.
- (c) Em 2024 não houve capitalização de custos de empréstimos.
- (d) Baixa realizada em função da venda de um caminhão (R\$236) vide nota explicativa nº 19. Adicionalmente foram baixados (R\$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais “IFRS Accounting Standards”, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de “impairment” realizada em 31 de dezembro de 2024.

12. DIREITO DE USO

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e edificações	1.864	3.249	(1.270)	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.460
Total	6.882	11.586	(1.270)	(6.984)	10.214

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

- (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos realizando, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

13. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - Obras (intangível)	62.765	65.555
Fornecedores - Imobilizado	537	68
Fornecedores - Serviços	25.990	22.090
Total	89.292	87.713

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Consolidado							
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2024
BNDES	IPCA	5,21%	1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839
Total			1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839

Consolidado							
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
BNDES	IPCA	5,21%	687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094
Total			687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094

				Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Circulante				33.705	2.158
Não circulante				1.060.134	1.039.936

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2024 é:

Controladora								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação (iii)	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures 1ª Série	CDI	2,50%	263.634	-	20.265	(248.690)	(35.209)	-
Debêntures 2ª Série	CDI	3,50%	286.563	-	22.028	(270.320)	(38.271)	-
Debêntures (d)) (ii)	CDI	2,40%	-	610.000	32.823	-	-	642.823
Total			550.197	610.000	75.116	(519.011)	(73.479)	642.823
Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação (iii)	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (a)) (ii)	-	9,77%	637.825	-	62.583	-	-	700.408
BNDES (b)) (ii)	IPCA	5,21%	405.797	-	41.617	-	(21.179)	426.235
Debêntures 1ª Série	CDI	2,50%	263.634	-	20.265	(248.690)	(35.209)	-
Debêntures 2ª Série	CDI	3,50%	286.563	-	22.028	(270.320)	(38.271)	-
Debêntures (d)) (ii)	CDI	2,40%	-	610.000	32.823	-	-	642.823
Total			1.593.819	610.000	179.315	(519.010)	(94.658)	1.769.466
Controladora								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2023
Debêntures 1ª Série	CDI	2,50%	-	250.000	13.634	-	-	263.634
Debêntures 2ª Série	CDI	3,50%	-	269.010	17.553	-	-	286.563
Debêntures (c)) (ii)	CDI	3,30%	606.263	-	47.484	(500.000)	(153.747)	-
Total			606.263	519.010	78.671	(500.000)	(153.747)	550.197

Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2023
Partes relacionadas (a) (ii)	-	9,77%	581.694		56.131	-	-	637.825
BNDES (b)) (ii)	IPCA	5,21%	384.058	-	41.942	-	(20.203)	405.797
Debêntures 1ª Série	CDI	2,50%	-	250.000	13.634	-	-	263.634
Debêntures 2ª Série	CDI	3,50%	-	269.010	17.553	-	-	286.563
Debêntures (c)) (ii)	IPCA	3,30%	606.263	-	47.484	(500.000)	(153.747)	-
Total			<u>1.572.015</u>	<u>519.010</u>	<u>176.744</u>	<u>(500.000)</u>	<u>(173.950)</u>	<u>1.593.819</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	-	550.197	12.372	550.919
Não circulante	642.823	-	1.757.094	1.042.900

- (i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.
- (ii) As debêntures não possuem “covenants” financeiro.
- (iii) A captação de R\$ 610.000, possui um custo de estruturação de R\$ 6.770, o valor líquido recebido foi de R\$ 603.230.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debêntures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

c) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2023, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, no valor total de R\$519.000, as quais são objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, sob o regime misto de colocação sendo: (i) regime de garantia firme de colocação para as Debêntures da primeira série, representado por R\$250.000; e (ii) regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da segunda série, representado por R\$269.000, em conformidade com a Lei nº 6.385/76.

As debêntures foram emitidas em julho de 2023 e terão prazo de vencimento de 12 meses, com vencimento em 15 de julho de 2024, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 2,50% a.a. para a primeira série e 3,50% a.a. para a segunda série (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$519.010 (R\$503.485 em julho e R\$15.525 em agosto de 2023), através de transferência bancária.

d) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2024, foi aprovada a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$610.000, as quais são objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático em conformidade com a Lei nº 6.385/76.

As debêntures foram emitidas em julho de 2024 e terão prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 5 de julho de 2026, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 2,40% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$610.000, através de transferência bancária.

As debêntures possuem garantias reais, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de:

- (i) Todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia da Subholding e da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Holding Pátria”) decorrentes das Contas Vinculadas Aumento Capital e alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras de titularidade da subholding, sendo:
 - (a) Os valores oriundos de qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Eixo SP à Emissora, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos, reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamento para futuros aumentos de capital social, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 20.2.0501.3, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Emissora e a Eixo SP.
 - (b) Todos os Direitos Creditórios dos Boletins de Subscrição e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, a Subholding e a Holding Pátria, na qualidade de fiduciários, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”).

- (ii) Alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações, presentes e futuras, de titularidade da Subholding e que venham a ser detidas pela Subholding no capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Eixo SP e/ou da Subholding.
- (ii) Realização de qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso.
- (iii) Transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Subholding e/ou pela Holding Pátria, das suas obrigações assumidas.
- (iv) Contratação, pela Companhia, de quaisquer operações não financeiras com suas partes relacionadas, no montante individual ou agregado superior a R\$10 000 000,00 (dez milhões de reais).
- (v) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (vi) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas.
- (viii) Destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Escritura de Emissão.
- (ix) Ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia Real.
- (x) Não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais) da Companhia que causem um Efeito Adverso Relevante.
- (xi) Encerramento ou não manutenção, até a integral liquidação das Debêntures, das contas corrente nº 53 971 7, nº 53 972 5 e nº 53 307-4, todas da agência 8541 do Itaú Unibanco S.A. (respectivamente, Conta Vinculada Aumento de Capital Holding Pátria, Conta Vinculada Aumento de Capital Subholding e Conta Vinculada Aumento de Capital Companhia e, em conjunto, “Contas Vinculadas Aumento Capital”), nas quais serão depositados, respectivamente, os recursos para integralização do capital social da Holding Pátria, da Subholding e da Companhia subscritos nos termos das AGEs Aumento de Capital.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

16. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ônus de fiscalização	1.750	1.528
Outorga variável	11.078	9.350
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (I)	65.990	42.381
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	-
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	5.128	137.544
Total	248.479	190.803

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.
- (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia já havia consumido o montante de R\$242.906 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$5.128.
- (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância devida.

17. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	747	888
Encargos sociais e previdenciários	3.159	3.250
Provisão de férias	10.403	10.370
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	6.988	7.785
Total	21.297	22.293

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5	-	3.446	4.164
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	1.570	15.204
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	5.244	4.376
Impostos federais terceiros	-	-	748	1.082
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	-	-	1.155	1.249
Imposto sobre Serviços - ISS terceiros	-	-	1.435	1.787
Total	5	-	13.598	27.862

19. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	Consolidado	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (***)	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	Consolidado	
		31/12/2023	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/locação de fibra	13	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/locação de torres	153	11
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	281	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.890
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (***)	Prestação de serviços	-	208
Saldo em 31/12/2023		<u>541</u>	<u>2.154</u>

Partes Relacionadas (*)	Consolidado	
	Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	124	53
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	234	8
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	-	280
Winity S.A.	-	(583)
Pátria Infraestrutura V Master	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(12.330)	(13.335)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	2.928	-
	<u>(9.026)</u>	<u>(13.577)</u>

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, “supply chain”, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(***) A Companhia efetuou a venda de caminhões para a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., com recebimento de R\$4.033, via transferência bancária no dia 30 de abril de 2024.

Remuneração dos Administradores - Consolidado

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante 2024, foram pagos R\$9.299 (R\$8.433 em 31 de dezembro de 2023) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 15, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. (“GIC Group”) - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 15 com efeito no resultado no montante R\$62.583.

Dividendos

	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	9	1.994	1.600
Dividendos a pagar		(282)	(282)

Passivo de arrendamento - Consolidado

No passivo de arrendamento da investida EIXO SP foi adicionado o contrato da EVM Evolution Mobility S.A., que tem por objeto locação de veículos elétricos, com 8 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R\$1.180, no ano de 2024.

20. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de integração social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	9.625	6.507
Adições e atualizações contratuais (a)	15.755	11.586
Baixas de contrato	(2.462)	(1.270)
Juros provisionados	1.577	464
Pagamento de juros	(1.577)	(464)
Pagamento de principal	(7.696)	(7.198)
Total	15.222	9.625

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	5.856	5.436
Não circulante	9.366	4.189
A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:		
2025	-	2.074
2026	3.133	808
2027	2.133	489
2028 em diante	7.283	1.954
Total	12.549	5.325
Ajuste a valor presente	(3.183)	(1.136)
Passivo de arrendamento	9.366	4.189

- (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante
IPCA					4,96%	4,01%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	8.405	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	8.822	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	9.373	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	9.625	15.222	9.838	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>						
Balanço patrimonial		638	464	1.577	1.296	3.183
Fluxo com projeção		638	464	1.577	1.360	3.310
<u>Despesas de amortização (i)</u>						
Balanço patrimonial		7.148	6.984	8.919	6.184	8.405
Fluxo com projeção		7.148	6.984	8.919	6.490	8.742

- (i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização.
- (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2024
<u>Mapa movimentação</u>				
Provisão para manutenção	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	<u>226.997</u>	<u>136.138</u>	<u>(161.663)</u>	<u>201.472</u>

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2023
<u>Mapa movimentação</u>				
Provisão para manutenção	198.989	100.848	(58.392)	241.445
AVP	(21.904)	7.456	-	(14.448)
	<u>177.085</u>	<u>108.304</u>	<u>(58.392)</u>	<u>226.997</u>

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	117.766	139.515
Não circulante	83.706	87.482

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

22. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos trabalhistas	2.458	3.171
Provisão para riscos cíveis (ii)	28.004	11.711
Total	<u>30.462</u>	<u>14.882</u>

<u>Mapa movimentação</u>	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	14.882	9.058
Adições (i)	12.045	5.865
Baixas	(4.225)	(2.161)
Atualização monetária	7.760	2.120
Saldo final	<u>30.462</u>	<u>14.882</u>

- (i) As adições ocorridas no exercício de 2024 possuem natureza cível (R\$10.946) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$1.099) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.
- (ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do provável reembolso, referente à essas contingências, é de R\$16.660. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco e da provisão registrada. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$24.532 (R\$11.836 em 31 de dezembro de 2023) e trabalhistas no montante de R\$21.336 (R\$10.300 em 31 de dezembro de 2023) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$1.385.612, sendo integralizado R\$618.321 em 31 de dezembro de 2024, representado por 618.321 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de julho de 2024 houve redução na subscrição de capital em R\$159.111. Em 31 de julho de 2023, por ser considerado excessivo, houve redução de capital para R\$1.226.502.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	618.321	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório em função de não ter lucro no exercício.

24. RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a)	1.044.239	997.181
Receitas com construção	422.487	466.433
Receita acessória (b)	4.662	4.638
Receita bruta	1.471.388	1.468.252
Deduções da receita	(91.744)	(86.153)
Receita líquida	<u>1.379.644</u>	<u>1.382.099</u>

- (a) A partir de 4 de junho de 2024 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 3,69%.
- (b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	1.048.901	1.001.819
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(31.687)	(30.057)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(6.865)	(6.512)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(53.192)	(49.584)
	<u>(91.744)</u>	<u>(86.153)</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo de obra	(422.487)	(466.433)
Provisão para manutenção (a)	(120.573)	(100.849)
Pessoal	(96.688)	(86.279)
Conservação e manutenção	(59.725)	(46.846)
Serviços de terceiros (b)	(47.803)	(47.425)
Seguros	(7.177)	(6.234)
Depreciações e amortizações	(181.337)	(169.001)
Poder concedente (c)	(89.490)	(84.694)
Locações de imóveis e máquinas	(1.893)	(4.007)
Outras despesas operacionais	(18.704)	(13.197)
Total	(1.045.877)	(1.024.965)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas administrativas:				
Provisão para riscos processuais	-	-	(13.359)	(5.982)
Pessoal	-	-	(23.624)	(22.604)
Conservação e manutenção	-	-	(1.247)	(1.152)
Serviços de terceiros	(785)	(1.128)	(19.294)	(18.973)
Depreciações e amortizações	-	-	(2.216)	(2.559)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(136)	(24)
Outras despesas operacionais	-	-	(3.282)	(2.771)
Total	(785)	(1.128)	(63.158)	(54.065)

- (a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 16.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras:				
Provisão para manutenção - AVP	-	-	310	3.253
Receita de aplicações financeiras	659	1.033	56.740	71.661
Outros	12	-	902	1.547
Total	671	1.033	57.952	76.461

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre				
Empréstimos/Debêntures	(78.540)	(78.174)	(289.598)	(258.348)
Provisão para manutenção - AVP	-	-	(15.874)	(10.709)
Amortização de custos com emissão de				
Empréstimos/Debêntures	(3.344)	(3.264)	(4.525)	(22.501)
Juros de arrendamento	-	-	(1.577)	(464)
Despesas bancárias	(1)	(981)	(31.107)	(37.235)
Atualização processos judiciais	-	-	(7.760)	(2.120)
Outras despesas financeiras	(31)	(501)	(3.083)	(4.694)
Total	(81.916)	(82.920)	(353.524)	(336.071)
Resultado financeiro líquido	(81.245)	(81.887)	(295.572)	(259.610)

27. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Lucro (Prejuízo) básico por ação</u>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(40.570)	26
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>618.321</u>	<u>619.088</u>
Lucro (Prejuízo) básico por ação	<u>(0,06561)</u>	<u>0,00004</u>

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (i)	648.093	551.811	2.889.574	2.659.706
Caixa e equivalentes de caixa	(10.925)	(463)	(423.940)	(562.679)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(46.132)	(43.343)
Dívida líquida	637.168	551.348	2.419.502	2.053.684
Patrimônio líquido (ii)	547.892	588.462	547.892	588.462
Índice de endividamento líquido	1,16	0,94	4,42	3,49

- (i) Controladora: A dívida é definida por debêntures (excluindo o custo de captação R\$5.270 em 31 de dezembro de 2024 e de R\$1.614 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15.

Consolidado: a dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R\$9.724 para debêntures em 31 de dezembro de 2024 e de R\$17.353 para empréstimos e financiamentos e de R\$6.440 para debêntures em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos:					
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	10.925	463	423.940	562.679
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	-	-	46.132	43.343
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	64.186	61.983
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	1.006	541
Passivos:					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	-	-	89.292	87.713
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	-	-	1.110.384	1.059.447
Debêntures	Custo amortizado	648.093	551.811	1.779.190	1.600.259
Credor pela concessão	Custo amortizado	-	-	248.479	190.803
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	1.037	2.154

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Consolidado						
	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	490.297	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	210.159	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	430.641	742.264	34.135	35.239	36.159	636.731
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.110.384	2.992.866	89.675	93.500	98.232	2.711.459
2ª Emissão de Debênture - não conversíveis em ações - série 2	CDI + 2,40 %	648.093	797.602	744.281	53.322	-	-
		<u>2.889.574</u>	<u>9.959.930</u>	<u>868.091</u>	<u>182.061</u>	<u>134.391</u>	<u>8.775.388</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Consolidado			
		Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Desvalorização (R\$)	
				Cenário II 25%	Cenário III 50%
Equivalentes de caixa	CDI	423.940	51.509	38.663	25.775
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	46.132	5.605	4.207	2.805

Operação	Risco	Consolidado			
		Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Valorização (R\$)	
				Cenário II 25%	Cenário III 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	430.640	20.800	26.011	31.221
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.110.384	53.632	67.067	80.503
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	648.093	78.743	98.445	118.147

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	4,83%	6,04%	7,25%	3,62%	2,42%
CDI (b)	12,15%	15,19%	18,23%	9,12%	6,08%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2024. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 27 de dezembro de 2024.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2024. Fonte de informação - “site” da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 24 janeiro de 2025.

29. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2024, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2025
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2025
Equipamentos	49.650	Até julho de 2025
Veículos - frota	98.481	Até julho de 2025
D&O	50.000	Até agosto de 2025
Risco de engenharia	688.515	Até junho de 2026
Seguro garantia	1.808.217	Até junho de 2025
Fiança Locatícia	1.084	Até outubro de 2029
Seguro patrimonial	42.220	Até setembro de 2025
Garantia judicial	13.043	Até agosto de 2029

30. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2025, a Companhia, através de sua investida EIXO SP deverá investir aproximadamente R\$1 bilhão de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2025 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$2,7 bilhões.

A investida EIXO SP assumiu contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO₂e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A EIXO SP contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2023 totaliza 10,4 mil toneladas de CO₂e. No ano de 2024 a estimativa de emissões é de 1,9 mil toneladas de CO₂e, totalizando neste período 12,3 mil toneladas de CO₂e. Em função deste levantamento a Companhia provisionou contabilmente R\$261 para realizar a compra de créditos no ano de 2025.

A investida EIXO SP realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2025), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	12	15.755	11.586
Receita de construção	24	422.487	466.433
Custo de construção	25	(422.487)	(466.433)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	11/13	2.790	(30.996)
Depreciação usinas de asfalto (b)	11	(2.345)	-
Aquisição de imobilizado (a)	10	(468)	688

(a) Valores pagos/creditados no exercício referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

(b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 3 de janeiro de 2025, em Reunião do Conselho de Administração da investida EIXO, foi aprovado o aumento de capital de R\$207.727, com o saldo da reserva de lucros acumulados até 30 de novembro de 2024, como capital social da Companhia. Desta forma, o capital social, parcialmente integralizado, no montante de R\$969.857, passará a ser de R\$1.177.584.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 28 de fevereiro de 2025, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.